


DOI: 10.19180/1809-2667.v26n32024.21861

Submetido em: 1 dez. 2023


Aceito em: 31 jan. 2025

Publicado em: 14 abr. 2025

Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio

Maíra Freitas Cardoso  <https://orcid.org/0000-0002-5750-3894>

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal em Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense). Assistente em Administração do Instituto Federal em Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense) *Campus* Cabo Frio/RJ – Brasil. E-mail: mairafcard@hotmail.com.

Severino Joaquim Correa Neto  <https://orcid.org/0000-0001-8287-1392>

Doutor em Ciências da Educação. Pós-doutor em Educação pela Universidade Ibero Americana. Diretor de Relações Institucionais e Professor do Instituto Federal em Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense) *Campus* Macaé/RJ – Brasil. E-mail: profnetoseverino@gmail.com.

Resumo

No passado, os quilombos representaram a resistência dos escravos às desumanidades sofridas. As comunidades quilombolas apresentam características culturais específicas, e seguem uma história de luta, tentando garantir seus direitos previstos nos instrumentos legais. Diante disso, este trabalho buscou analisar as possibilidades de formação educacional ofertadas pelo Instituto Federal Fluminense (IFF) *Campus* Cabo Frio para as comunidades quilombolas da Região dos Lagos, bem como as condições de formação que tais comunidades gostariam que fossem atendidas pela instituição. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de cunho aplicado e explicativo, a fim de um exame qualitativo das informações, recolhidas por meio de pesquisa bibliográfica, e coleta de dados por intermédio de um estudo de caso. A partir dessas informações obtidas por questionário respondido pelos quilombolas, compreendeu-se a importância dos cursos de capacitação para essas pessoas no sentido de ampliar seus conhecimentos, bem como uma forma de levar novos conhecimentos às suas comunidades e áreas de atuação. Perceberam-se também as questões do transporte e da distância como desafios preponderantes para acesso dessas comunidades ao Instituto.

Palavras-chave: IFF *Campus* Cabo Frio; comunidades quilombolas; educação quilombola; Educação Profissional e Tecnológica.

Quilombola Education: a look at possibilities and challenges at the Fluminense Federal Institute of Education, Science and Technology Cabo Frio campus

Abstract

In the past, quilombos represented the resistance of slaves to the inhumanities they suffered. The quilombola communities have specific cultural characteristics and continue to struggle to guarantee their rights under legal instruments. Therefore, this study sought to analyze the educational training possibilities offered by the Fluminense Federal Institute (IFF) Cabo Frio *Campus* for the quilombola communities of the Região dos Lagos, as well as the training conditions that these communities would like to be served by the institution. To this end, we developed an applied and explanatory study to qualitatively examine the information gathered through bibliographical research, and data collection through a case study. Based on the information obtained from the questionnaire answered by the quilombolas, we understood the importance of these people attending training courses to expand their knowledge, as well as a way of bringing new know-how to their communities and areas of activity. We also perceived the issues of transportation and distance as predominant challenges for these communities' access to the Institute.

Keywords: IFF Cabo Frio *Campus*; quilombola communities; quilombola education; Technical and Vocational Education and Training.

Educação Quilombola: uma mirada a las posibilidades y desafíos del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología Fluminense Campus Cabo Frio

Resumen

En el pasado, los quilombos representaban la resistencia de los esclavos a las inhumanidades que padecían. Las comunidades quilombolas tienen características culturales específicas y siguen una historia de lucha, tratando de garantizar sus derechos previstos en los instrumentos legales. Ante esto, este trabajo buscó analizar las posibilidades de formación educativa que ofrece el *Campus* de Cabo Frio del Instituto Federal Fluminense (IFF) para las comunidades quilombolas de la Región de Lagos, así como las condiciones de formación que dichas comunidades quisieran ser atendidas por la institución. Para ello, se realizó una investigación aplicada y explicativa, con el fin de examinar cualitativamente la información, recopilada a través de una investigación bibliográfica, y la recolección de datos a través de un estudio de caso. A partir de esta información obtenida a través de un cuestionario respondido por los quilombolas, se entendió la importancia de que estas personas realicen cursos de capacitación para ampliar sus conocimientos, así como una forma de acercar nuevos conocimientos a sus comunidades y áreas de actividad. Cuestiones de transporte y distancia también fueron percibidas como desafíos importantes para que estas comunidades accedieran al Instituto.

Palabras clave: *Campus* IFF Cabo Frio; comunidades quilombolas; educación quilombola; Educación Profesional y Tecnológica.

Este documento é protegido por Copyright © 2024 pelos Autores



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons. Os usuários têm permissão para copiar e redistribuir os trabalhos por qualquer meio ou formato, e também para, tendo como base o seu conteúdo, reutilizar, transformar ou criar, com propósitos legais, até comerciais, desde que citada a fonte.

*Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio*
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

1 Introdução

Desde a nossa juventude, há um interesse em conhecer a cultura, as tradições e os direitos das comunidades remanescentes de quilombo localizadas na Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro. Em 2019, essa curiosidade se fortaleceu, devido ao nosso trabalho no setor de registro acadêmico, do Instituto Federal Fluminense (IFF) *Campus* Cabo Frio, quando realizamos os lançamentos do *Educacenso* (Censo da Educação Básica) no sistema. Na ocasião, notamos que, embora o *Campus* estivesse cercado por comunidades quilombolas, praticamente não havia registro de alunos quilombolas entre os discentes. A partir de então, surgiram questionamentos acerca da atuação do IFF junto a essas coletividades e sobre a ideia de pertencimento/ acesso dos quilombolas ao *campus*.

Essas indagações levaram ao diálogo com uma integrante do Instituto de Terras e Cartografia do estado do Rio de Janeiro (ITERJ), e se iniciaram as conversas que resultaram em uma parceria com o IFF e a Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Isso teve a finalidade de desenvolver ações de extensão direcionadas aos membros das comunidades quilombolas. Logo, ofertou-se um curso para os indivíduos dessas instituições conhecerem melhor a realidade do entorno. Os professores do curso foram os próprios líderes das comunidades e revelaram o universo encantador e desafiador que compõe sua cultura.

É essencial mencionar que os IFFs possuem, como uma de suas missões, o desenvolvimento local e regional e a inclusão social através da promoção da Educação, Extensão, Ciência e Tecnologia no âmbito da sua área de abrangência. Também conservam a interiorização de suas unidades, no intuito de proporcionar o acesso a um ensino gratuito de qualidade, em diversos níveis, a milhares de estudantes que residem em locais distantes dos grandes centros. Ainda detêm a finalidade de ressignificar aptidões intelectuais, produzindo identidades a partir de uma vivência prática, com crítica social (Instituto Federal Fluminense, 2018).

Assim, os IFFs agem como parceiros das redes públicas estaduais e municipais, desfazendo dualismos estruturais e viabilizando o ensino às regiões periféricas. Ademais, qualificam e formam discentes no campo da educação tecnológica, fomentando pesquisas voltadas para o desenvolvimento científico de novos processos e serviços, de modo articulado com as áreas produtivas e a sociedade.

O IFF *Campus* Cabo Frio oferta cursos técnicos, licenciaturas, bacharelado, tecnólogos, pós-graduação *lato sensu* e formação continuada. Durante a realização desta pesquisa, nos anos de 2022 e 2023, desenvolveram-se projetos de extensão em seus Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs), e alguns dos servidores trabalharam para integrar os *campi* às comunidades locais (Instituto Federal Fluminense, 2018).

Esse contexto institucional nos levou a desenvolver este trabalho, com a ideia de estudar a importância da Educação Quilombola dentro da realidade das próprias comunidades remanescentes de quilombo e, também, no interior do IFF. Isso porque acreditamos que tal educação é fundamental para a mudança do paradigma colonialista e o fortalecimento de uma interlocução multicultural.

As comunidades remanescentes de quilombo provêm dos quilombos que existiram no Brasil desde o século XVII, onde os negros escravizados se abrigavam em busca de uma vida que proporcionasse liberdade individual e coletiva. Os refúgios representavam a resistência dos indivíduos às atrocidades da escravidão, sendo uma forma de manter sua cultura viva (Almeida; Pereira, 2003).

Atualmente, existem comunidades quilombolas em todo o território nacional. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população quilombola do país é de

*Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio*
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

1.327.802 pessoas, representando o total de 0,65% dos residentes no Brasil, e o estado do Rio de Janeiro possui uma população quilombola de 20.344 pessoas (IBGE, 2023). Essas coletividades — e tantas outras — possuem atributos específicos, provenientes da cultura africana, que os distinguem do restante da sociedade brasileira. Por exemplo, caracterizam-se pela ancestralidade, pela arte (dança, artesanato, comida e música), pelo modo de vida baseado em costumes e práticas econômicas coletivas e por direitos diferenciados. Dentre os últimos, destacam-se o direito: a) à titulação definitiva das terras que ocupam; e b) a uma educação comprometida em reconhecer sua diversidade étnico-racial, que promova práticas pedagógicas asseguradoras dos seus saberes (Gomes, 2017).

Cabe salientar que os direitos foram garantidos apenas em 1988, com a Constituição. A partir de então, estabeleceram-se normas, visando à defesa e à reparação dessas coletividades, devido ao que sofreram durante o regime de escravidão (Brasil, [2016]) e mesmo após. Porém, somente em 2003, com a publicação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamentaram-se os procedimentos necessários para a certificação e a regularização fundiária, sendo ambas primordiais para a existência quilombola (Brasil, 2003a).

Adiante, com o advento das Leis Federais nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, nº 11.645, de 10 de março de 2008, tornou-se obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena na Educação Básica. As duas normativas preveem que os saberes das coletividades — constituintes da sociedade brasileira, mas que têm sido invisibilizados — se apresentem no cotidiano escolar, de modo a oferecer um efetivo lugar de fala (Brasil, 2003b, 2008; Gomes, 2017).

Em 2009 e 2012, foram lançados o *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana* e a Resolução nº 8, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que especifica as formas como ofertar tal Educação. A Resolução estabelece as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica*, garantindo aos estudantes o reconhecimento dos seus costumes e valores, e deve ser ministrada por estabelecimentos de ensino reconhecidos, localizados nas comunidades quilombolas ou situados nas proximidades (Brasil, 2009, 2012).

Apesar dos direitos estabelecidos legalmente — e representando um número expressivo na sociedade contemporânea —, várias questões dificultam o cumprimento. Isso contribui para a manutenção das assimetrias que cercam as comunidades. A nosso ver, o principal desafio concerne à quebra do paradigma propagado, ao longo da História do país, da superioridade dos descendentes europeus em relação aos de africanos escravizados, cuja cultura e participação na construção da identidade brasileira foram subestimadas. Inclusive, uma das grandes responsáveis por continuar a manter essa invisibilização é a própria instituição escolar, que, através dos materiais didáticos e das formas de ensinar, reforça as narrativas eurocêntricas.

Outro desafio relaciona-se à conquista dos direitos quilombolas básicos, sobretudo vinculados ao reconhecimento, à titulação dos seus territórios e à oferta de uma educação que retrate sua cultura sobre o prisma decolonial. Julgamos que essa educação pode ser construída a partir de uma formação docente apropriada; da elaboração de materiais que divulguem os saberes das coletividades; e do conhecimento dos atores escolares sobre as *Diretrizes Nacionais para a Educação Quilombola* (Souza *et al.*, 2021).

Assim, defendemos a urgência da promoção de ações afirmativas com papel integrador, visando à informação e ao empoderamento dos membros dessas comunidades. Em concordância com Carril (2017), acreditamos que a grade curricular escolar precisa de uma proposta de Educação Quilombola inclusiva, de forma interdisciplinar e adaptável, contando com a experiência e a aprendizagem das comunidades quilombolas.

Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio

Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

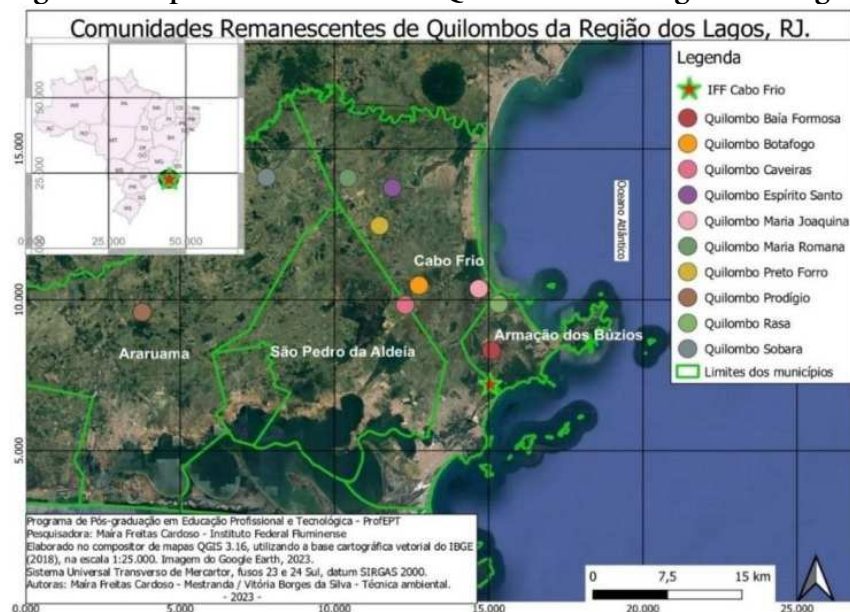
Com base no exposto, desenvolvemos nossa pesquisa, a fim de respondermos às seguintes questões: quais são as possibilidades de formação educacional ofertadas pelo IFF *Campus* Cabo Frio para as comunidades quilombolas da Região dos Lagos? E quais condições de formação essas comunidades acreditam que possam ser oferecidas pela instituição?

1.1 Justificativa

Em continuidade, é essencial destacar os motivos que conduziram a escolher o período cronológico de 2023 e o recorte geográfico dos municípios com comunidades quilombolas da Região dos Lagos. Quanto à cronologia, justifica-se, por ser quando desenvolvemos a pesquisa, sobretudo a coleta de dados junto às comunidades e aos alunos quilombolas, realizada entre os meses de junho e julho de 2023. Mesmo que os respondentes tenham realizado os cursos em 2022, a coleta de dados ocorreu em 2023. No entanto, este estudo não se restringe a esses dois anos, pois pode ser aproveitado para embasar estudos futuros ou planejamentos institucionais. Posto isso, ponderamos que a presente pesquisa possui duas justificativas: uma de relevância social e outra de cunho pessoal. Quanto à relevância social, este estudo visou mostrar as potencialidades de formação do IFF para as comunidades quilombolas, isto é, como a instituição pode agregar educacionalmente a essas coletividades. Com isso, o IFF apresenta grande potencial para alcançar públicos distintos social, cultural e economicamente, de acordo com sua missão social. Além do mais, essa interlocução entre os quilombolas e os demais educandos do Instituto beneficia sobremaneira toda a comunidade acadêmica.

Ao seu turno, a justificativa de cunho pessoal vincula-se ao nosso contexto de trabalho no IFF. Na atualidade, dez comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares estão localizadas na área de atuação do IFF *Campus* Cabo Frio. Elas estão distribuídas em quatro municípios: duas em Armação dos Búzios; cinco em Cabo Frio; uma em São Pedro da Aldeia; e duas em Araruama (Instituto de Terras e Cartografia do estado do Rio de Janeiro, 2020).

Figura 1. Mapa das Comunidades Quilombolas da Região dos Lagos, RJ



Fonte: Os autores (2023)

*Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio*
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

Importa mencionar que, em 2021, o *Campus* Cabo Frio iniciou um trabalho junto às comunidades quilombolas situadas em sua área de abrangência, estabelecendo o Termo de Cooperação Técnica junto ao ITERJ e à Prefeitura Municipal de Cabo Frio, resultando no projeto de extensão — comunidades remanescentes de quilombo da Região dos Lagos: Terra, Renda, Educação e Trabalho. Esse programa definiu objetivos como a realização de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), campanhas educativas e ações de extensão voltadas para capacitação profissional e geração de emprego e renda para os moradores dessas comunidades. Mesmo com a iniciativa, ainda falta muito para o *Campus* atender às comunidades quilombolas de modo concreto. Alguns fatores influenciam fortemente para que esse atendimento pelo IFF não seja efetivo, como: distância entre as comunidades quilombolas e o *Campus*; dificuldades de transporte dos quilombolas; desconhecimento sobre o *Campus* pelos quilombolas, entre outros.

1.2 Objetivos

Esta pesquisa foi realizada, a fim de cumprirmos quatro objetivos. O geral foi analisar as possibilidades de formação educacional ofertadas pelo IFF *Campus* Cabo Frio para as comunidades quilombolas da Região dos Lagos, e as condições de formação que essas comunidades gostariam que fossem atendidas pela instituição. E os específicos foram três: a) caracterizar as comunidades quilombolas da Região dos Lagos; b) identificar as opções de formação educacional ofertadas pelo IFF *Campus* Cabo Frio para as comunidades quilombolas da Região dos Lagos; c) compreender, simultaneamente, se as ações desenvolvidas pelo IFF *Campus* Cabo Frio, de fato, contemplam os anseios das comunidades quilombolas, e se consideram o Instituto como um espaço de pertencimento.

2 Metodologia

Abaixo, pontuamos os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento deste trabalho. Junto à metodologia, utilizamos os seguintes conceitos: Quilombo, discutido por Reis e Gomes (1996), no livro *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*; Educação Quilombola, proposto por Silva *et al.* (2021), no livro *Educação Quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos*; Educação Multicultural, transmitido por Candau (2011), em *Diferenças Culturais e Educação: construindo caminhos*; e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), apresentado em *Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade*, por Ciavatta (2005).

A presente pesquisa caracterizou-se, quanto à natureza e aos objetivos, como aplicada e explicativa. No caso da primeira, o objetivo foi adquirir informações sobre as comunidades quilombolas da Região dos Lagos e sua presença/ausência no IFF *Campus* Cabo Frio¹ a fim de criar ferramentas de planejamento para a aplicação prática dirigida à solução de questões, envolvendo tais coletividades e seus interesses. Quanto à segunda, buscou-se registrar, analisar, classificar e interpretar a inclusão (e as possibilidades de inclusão) das comunidades quilombolas no programa de extensão e nos próprios cursos regulares ofertados pelo IFF *Campus* Cabo Frio (Prodanov; Freitas, 2013).

¹ Pesquisa aprovada pelo parecer CEP número 6.118.482 CAAE: 7338323.8.0000.5583. Aprovada em 14 jun. 2023.

*Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio*
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

Para a coleta de dados, utilizaram-se quatro procedimentos metodológicos. O primeiro foi a pesquisa bibliográfica, a qual serviu para analisar as publicações existentes acerca do tema, identificando “[...] não somente problemas já conhecidos [...]”, como também explorando “[...] novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” (Manzo, 1971, p. 32; Trujillo-Ferrari, 1974, p. 230). Para orientar essa fase, pesquisamos em bases de dados, como *Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (Capes); *SciELO*; *Domínio Público*; *Banco de Dissertações e Teses Digitais* (BDTD); *Banco de Teses e Dissertações do Observatório do Profept*; e *Libgen.is*. Buscaram-se os seguintes descritores: “Educação Quilombola”; “estudantes quilombolas”; “Educação Escolar Quilombola”; e “Educação Profissional e Tecnológica”, que também foram traduzidos para a língua inglesa.

O segundo procedimento metodológico foi a pesquisa documental, por meio de um levantamento das legislações referentes às comunidades quilombolas e à Educação Quilombola no sítio do Governo Federal. O exame desses documentos ocorreu em acordo com a afirmação das autoras Marconi e Lakatos (2010, p. 161), segundo as quais o pesquisador “[...] não exerce controle sobre a forma como os documentos foram criados. Assim, deve não só selecionar o que lhe interessa, como também interpretar e comparar o material, para torná-lo utilizável”.

O terceiro procedimento adotado para a coleta de dados foi o estudo de caso, que consistiu em coletar e analisar informações sobre as comunidades quilombolas da Região dos Lagos em seu próprio contexto, a fim de estudar aspectos variados de seu cotidiano, conforme o assunto da pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013). As coletividades investigadas foram dez (Baía Formosa, Botafogo, Caveiras, Espírito Santo, Maria Joaquina, Maria Romana, Preto Forro, Prodígio, Rasa e Sobara), no ano de 2023.

Nesse sentido, considerou-se o estudo de caso, enquanto a abordagem de pesquisa adequada, por se basear em dados qualitativos obtidos a partir de eventos reais, buscando investigar sobre a Educação Quilombola. Sobre esse método, Prodanov e Freitas (2013, p. 60) destacam que “[...] consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa”.

O questionário foi aplicado por meio do *Google Forms*, para os alunos que concluíram os cursos do projeto de extensão, no ano de 2022. As 12 perguntas de múltipla escolha foram respondidas de modo *on-line*, via formulário. Os questionamentos visavam identificar as possibilidades e os desafios para a inclusão efetiva dos quilombolas no IFF *Campus* Cabo Frio. Todas as respostas, um total de 56, foram organizadas em planilhas do *Microsoft Excel* e utilizadas para a elaboração de gráficos.

Além disso, as respostas foram interpretadas, a partir da Análise de Conteúdo, definida por Bardin (2002, p. 38) como um “conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...]”. Tal abordagem qualitativa foi imprescindível para decodificar os sentidos existentes por trás das mensagens transmitidas pelos respondentes, as quais permitiram identificar as demandas dos quilombolas em relação aos cursos ofertados pelo IFF *Campus* Cabo Frio.

*Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio*
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

3 Resultados e Discussão

Após a fase da pesquisa bibliográfica e da documental, desenvolveu-se um estudo de caso com os quilombolas certificados pelo programa de extensão em comunidades remanescentes de quilombos da Região dos Lagos: *Terra, Renda, Educação e Trabalho*. Cabe ressaltar que, nesse momento, realizou-se pesquisa bibliográfica, procurando fundamento em trabalhos publicados de quilombolas pesquisadoras e intelectuais da temática. Como essas pessoas são, maioritariamente, mulheres, evidenciou-se não ser uma coincidência. Essa escolha de referencial foi inspirada na fala:

[...] As histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e difamar. Mas histórias podem também ser usadas para empoderar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida (Chimamanda, 2009, 17m37s – 17m53s).

Nesse sentido, destaca-se a importância de compreender as possibilidades e os desafios para o desenvolvimento de ações e políticas públicas, a partir de opiniões, trabalhos científicos e outras produções de autoria dos próprios quilombolas. Conforme colocado pelas educandas da Escola Nacional de Formação de Meninas quilombolas, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ):

Além de tudo isso, lutamos por uma educação pública e de qualidade. Pois, muitas de nós têm os estudos interrompidos. São poucas as jovens quilombolas que conseguem chegar ao Ensino Médio. Se quisermos estudar mais, somos forçadas a deixar nossas comunidades. Todas nós sabemos que a educação é uma política que pode mudar as nossas vidas. Não lutamos por qualquer educação. Nossa educação tem nome: É quilombola! E valoriza nossos saberes, nossas práticas e a nossa luta. É isso que o Ministério da Educação diz, mas a Educação Quilombola é desprezada. Nas escolas que querem nos ensinar a crescer, mas não ligam para quem nós somos. Queremos ensinar e aprender com os saberes e os valores dos quilombos, com as nossas comunidades juntas de nós (CONAQ, 2023, p. 1).

Na Tabela 1 se reúnem as informações sobre os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) realizados pelo programa de extensão, no ano de 2022, considerando dados importantes no âmbito da presente pesquisa. Nesse sentido, Feldmann e Libório (2021) demonstram a relevância da educação não formal, por meio da realização de projetos de extensão e, no que concerne às práticas antirracistas, decolonizadoras e voltadas para a valorização cultural das comunidades quilombolas. As autoras destacam a importância da educação não formal, além de ressaltarem a relevância da construção de uma educação que promova a diversidade étnico-cultural.

Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

Tabela 1. Número de participantes certificados nos cursos FIC realizados pelo programa de extensão em 2022

Cursos	Nº de certificados	Gênero feminino	Gênero masculino	Local de realização
<i>Artesanato em fibra de bananeira</i>	19	19	0	Comunidade quilombola Maria Joaquina
<i>Espanhol básico</i>	5	5	0	IFF <i>Campus</i> Cabo Frio
<i>Gestão de negócios</i>	9	8	1	IFF <i>Campus</i> Cabo Frio
<i>Gestão de negócios</i>	6	6	0	E. M. Nilo Batista
<i>Gestão de negócios</i>	33	24	9	Comunidade quilombola Sobara
<i>Higiene e manipulação de alimentos</i>	13	13	0	Comunidade quilombola Baía Formosa
<i>Noções básicas de compostagem</i>	14	8	6	E. M. Nilo Batista
TOTAL	99	83	16	

Fonte: Os autores (2023)

Notas: No total, 86 pessoas obtiveram certificados dos cursos, sendo algumas certificadas em mais de um curso.

Não houve pessoas declaradas de outros gêneros, ou preferindo não fornecer essa informação.

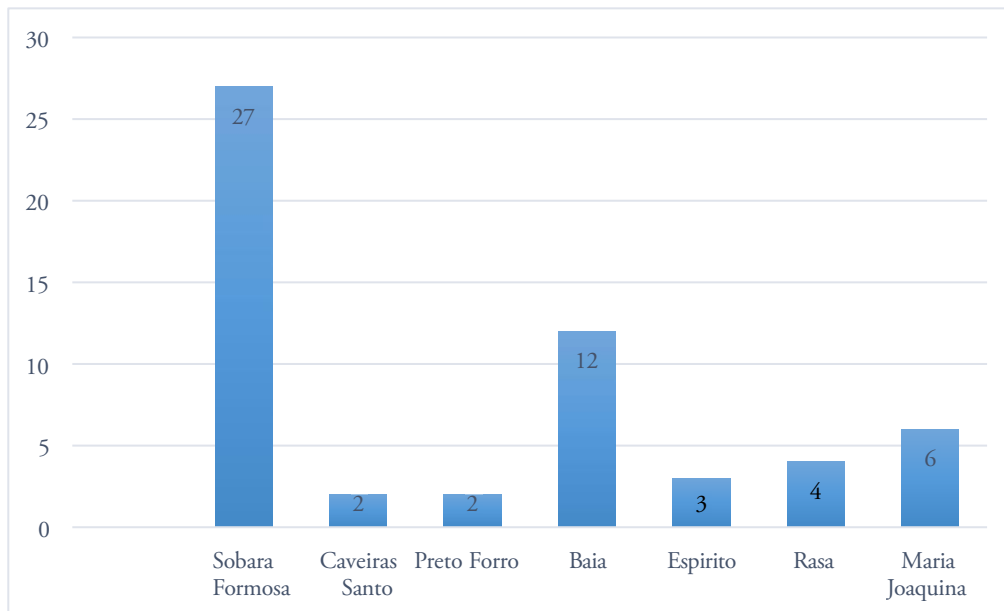
Não se consideraram os cursos de *Cidadania Digital e Violão para iniciantes*, pois não foram ofertados exclusivamente para os quilombolas, tendo pequena participação deles (apenas dois alunos).

Como 86 quilombolas realizaram os cursos de capacitação do programa de extensão, no ano de 2022, obtiveram-se 65,12% de retorno dos questionários aplicados, o que representa 56 respondentes. Mesmo com algumas dificuldades para o preenchimento, pelo método adotado nesta pesquisa, ou seja, o *Google Forms*, a pesquisadora esteve disponível para sanar quaisquer dúvidas, contando com o apoio de lideranças e membros das comunidades quilombolas. A seguir, os gráficos demonstram os resultados obtidos com a aplicação do questionário, e as considerações sobre eles.

Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio

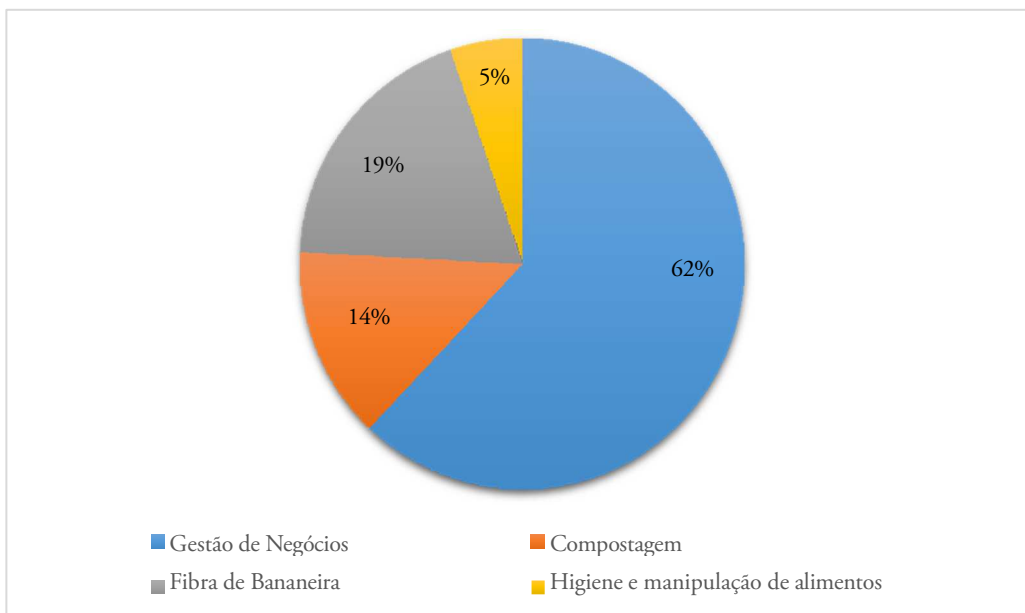
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

Figura 2. Número de respondentes por comunidade



Fonte: Os autores (2023)

Figura 3. Curso do respondente que participou



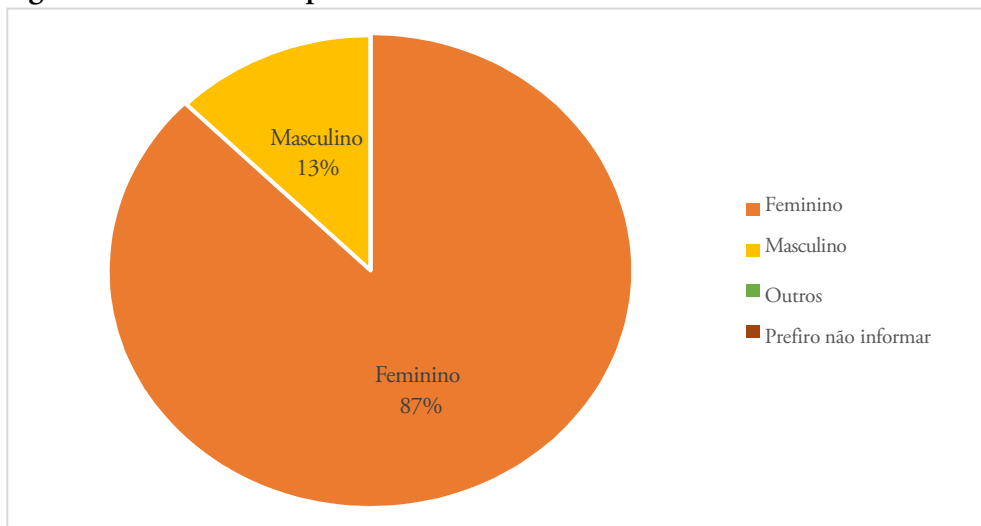
Fonte: Os autores (2023)

Em relação aos participantes da pesquisa por comunidade (Figura 2) e por curso (Figura 3), cabe ressaltar o grande número de respondentes da comunidade de Sobara, 27 pessoas, seguida dos quilombolas de Baía Formosa, 12 participantes. Em relação ao percentual de quilombolas certificados nos referidos cursos, a proporção de participantes se repete. A nosso ver, essas participações se devem ao fato de o curso de *Gestão de negócios* — Sobara ter sido realizado na própria comunidade, e a comunidade de Baía Formosa ser a mais próxima ao *Campus*.

Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

Essas informações também demonstram que não houve participação nos cursos de quilombolas das comunidades de Botafogo, Maria Romana e Prodígio. Esse fato precisa ser avaliado, para proporcionar às pessoas dessas coletividades o acesso aos cursos e às ações do programa e do IFF *Campus* Cabo Frio, de forma geral.

Figura 4. Gênero dos respondentes



Fonte: Os autores (2023)

A análise da Figura 4 e dos dados da Tabela 1 evidencia a grande participação das quilombolas de gênero feminino nos cursos, e também a grandiosa proporção de quilombolas do gênero feminino que responderam ao questionário, sendo 87%. Isso não consiste em uma coincidência. Ao se conviver com as pessoas das comunidades quilombolas e pesquisar trabalhos na área, percebe-se o protagonismo feminino nas lutas e nas conquistas dessas coletividades (Figura 5).

Figura 5. Alunas e professora quilombolas do curso *Artesanato em fibra de bananeira*



Fonte: Coordenação do Programa de Extensão (2022)

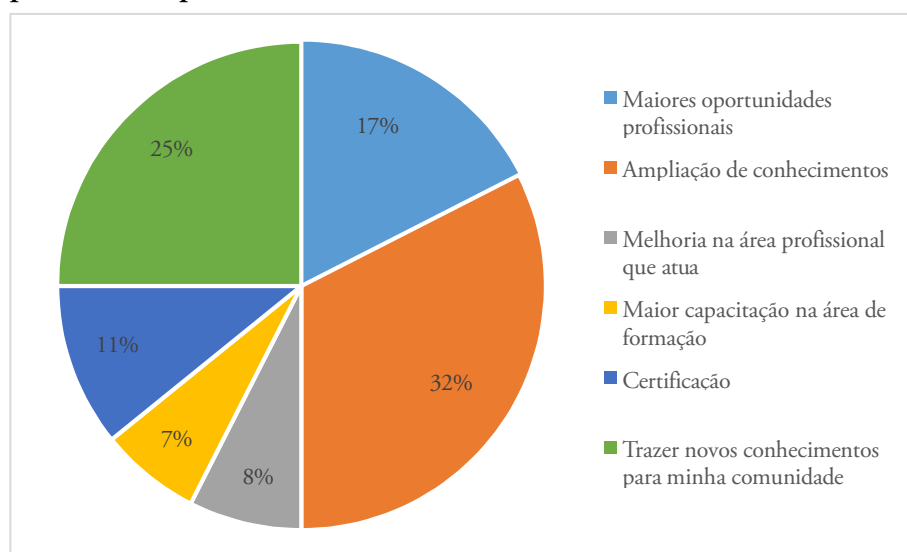
Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

Sousa, Lima e Sousa (2020, p. 91) destacam que

Quando se fala em quilombo, pouco é dito sobre as mulheres quilombolas, apesar de a maior parte dos quilombos ser liderada por elas. Essa invisibilidade da presença feminina no quilombo se transpõe para os outros espaços que frequentamos, por exemplo as universidades, lugar em que as mulheres quilombolas enfrentam diversas dificuldades.

As autoras salientam que as mulheres quilombolas contribuem de forma relevante na produção de conhecimento sobre suas comunidades, bem como para a sua visibilização. Constituem-se como protagonistas, ao estarem presentes no ambiente acadêmico, além de contribuírem nas lutas por direitos quilombolas, questões sociais e ambientais, entre outras. Sousa, Lima e Sousa (2020, p. 91) relatam que, “de fato, nós, mulheres quilombolas, estamos na dianteira da construção de soluções para os problemas vividos no território”.

Figura 6. Em qual sentido você considera que este curso irá contribuir com o seu desenvolvimento profissional / pessoal?



Fonte: Os autores (2023)

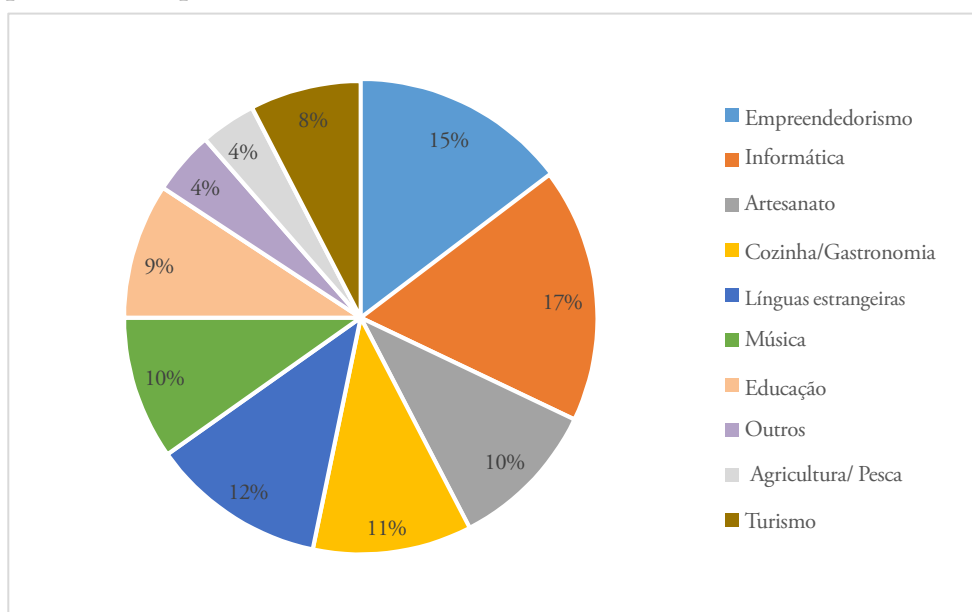
Em relação à contribuição dos cursos do programa de extensão para o desenvolvimento profissional / pessoal (Figura 6) dos respondentes quilombolas, 32% apontaram a ampliação de conhecimentos, seguidos de 25% que entendem os cursos como uma forma de trazer novos conhecimentos para suas comunidades, e de 17% para os quais os cursos podem trazer maiores oportunidades profissionais. A questão da certificação foi apontada por 11% dos respondentes; melhoria na área profissional que atua, com 8%; e maior capacitação na área de formação, com 7% das respostas.

A partir dessas informações, compreende-se a importância, para essas pessoas, dos cursos de capacitação, para ampliar seus conhecimentos, bem como uma forma de levar novos saberes para suas comunidades e áreas de atuação. Nesse sentido, de acordo com Sousa, Lima e Sousa (2020, p. 89), é grande a relevância de quilombolas, notadamente mulheres quilombolas, no ambiente acadêmico, o que se configura como

Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

[...] um espaço de encontro de saberes em que o acesso ao conhecimento científico agrega elementos à experiência dessas mulheres (mulheres quilombolas), qualificando suas aprendizagens, que elas podem devolver para suas comunidades. Por outro lado, a presença das mulheres quilombolas na universidade qualifica a academia e reforça a utilidade social do saber acadêmico, construindo pontes com as questões quilombolas e as lutas pelo e no território.

Figura 7. Qual curso de curta duração você considera que contribuiria para seu desenvolvimento profissional / pessoal?



Fonte: Os autores (2023)

Na Figura 7 demonstram-se quais cursos de curta duração os quilombolas consideram como de maior contribuição para seu desenvolvimento profissional ou pessoal. Notam-se áreas de maior interesse, de forma geral, sendo Informática a mais citada, por 17%; seguida de Empreendedorismo, com 15% dos respondentes; Línguas Estrangeiras, com 12%; Cozinha / Gastronomia, com 11%; e Artesanato e Música, ambas com 10%. Também foram citadas como áreas de interesse: Educação, Turismo, Agricultura / Pesca.

Vale destacar que, em 2022, o programa de extensão ofertou cursos FIC nas áreas de Empreendedorismo (*Gestão de negócios*), Línguas Estrangeiras (*Espanhol para o Turismo*); Cozinha / Gastronomia (*Higiene e manipulação de alimentos*), Artesanato (*Artesanato em fibra de bananeira*) e Agricultura / Pesca (*Noções básicas de compostagem*).

No *Campus* Cabo Frio, ofertaram-se os cursos de *Cidadania Digital*, na área de Informática, e *Violão para iniciantes*, na área de Música; porém, houve apenas três participantes quilombolas, no total. Provavelmente, isso se justifique pela oferta para a comunidade em geral, e em horários que talvez não se adequem às necessidades dos quilombolas – ressaltando, ainda, a questão da distância do *Campus*.

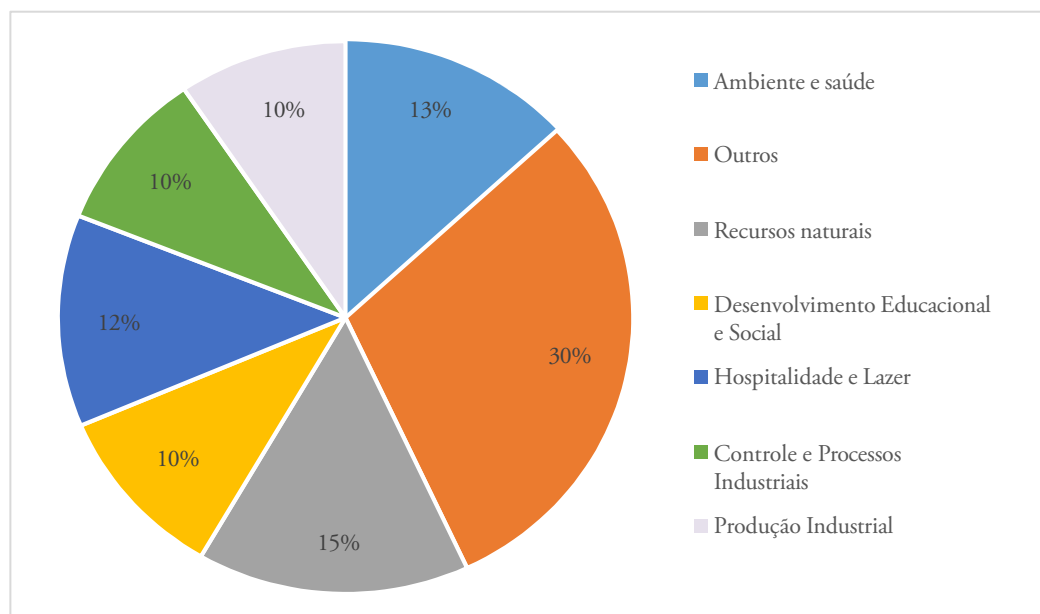
Quanto às áreas de interesse, as respostas demonstraram que o programa de extensão tem atuado em consonância com as vontades demonstradas pelo público, devido à participação ativa das lideranças quilombolas em sua construção. Sousa, Lima e Sousa (2020, p. 89) destacam para mulheres quilombolas no Tocantins:

Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

são imperativos esse diálogo e essa combinação de saberes para a mobilização de grupos aliados e dos órgãos oficiais do Estado, visibilizando a comunidade e suas lutas políticas, construindo novos meios e articulações para conquistar e assegurar direitos do povo quilombola. A mulher quilombola está o tempo todo lutando pela existência e permanência do quilombo e de seu povo, articulando uma rede de colaboração em sua comunidade para possibilitar esse processo de luta (Sousa: Lima; Sousa, 2020, p. 89).

Nota-se a potencialidade do *Campus* Cabo Frio, no Rio de Janeiro, para atender, de forma efetiva, as demandas das coletividades de seu entorno, com ensino regular e programas voltados especificamente para os quilombolas.

Figura 8. Áreas de cursos técnicos de interesse dos respondentes



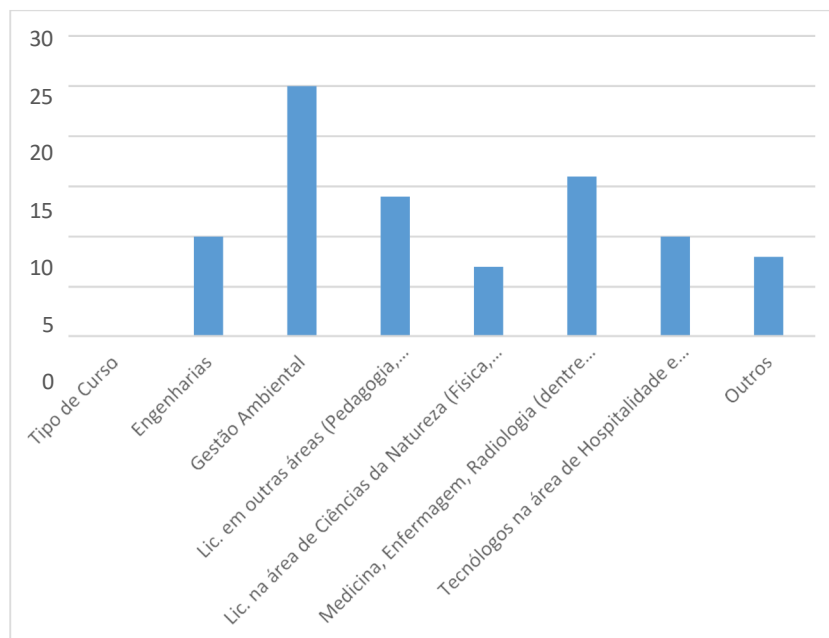
Fonte: Os autores (2023)

Em relação às áreas de interesse de cursos técnicos mais relevantes (Figura 8), destaca-se a área de Recursos Naturais, com 15% das respostas; seguida de Ambiente e Saúde, com 13%; Hospitalidade e Lazer, com 12%; além das áreas de Controle e Processos Industriais, Produção Industrial e Desenvolvimento Educacional e Social, com 10% das respostas cada. Ressalta-se que a maior parte das respostas se referiu a outras áreas de cursos técnicos que não constavam no questionário, embora fossem sugeridos alguns exemplos de cursos de cada eixo tecnológico.

Cabe frisar que o *Campus* Cabo Frio possui ampla atuação nas áreas de Turismo, Hospitalidade e Lazer, Desenvolvimento Educacional e Social, também nos eixos de Produção Industrial, Controle e Processos Industriais, e Gestão e Negócios, nos cursos que oferta para a população da região. Novamente, confirma-se a grande capacidade do *Campus* Cabo Frio para formar quilombolas da região em seus cursos técnicos, o que gera capacitação e ampliação de renda para as pessoas dessas comunidades.

Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

Figura 9. Curso superior de interesse



Fonte: Os autores (2023)

Ampliando a discussão para os cursos superiores, na Figura 9 fica demonstrado o grande interesse de quilombolas na área de Gestão Ambiental, mencionada por 25 pessoas. Em seguida, a área de Saúde, com 16 respostas; licenciaturas em outras áreas da Educação, como Pedagogia, Matemática, Linguagens e Ciências Humanas, com 14 respostas. Tanto os cursos de Engenharia, quanto os Tecnólogos na área de Hospitalidade e Lazer foram mencionados por dez respondentes, seguidos de outros cursos diferentes dos que constavam no questionário, com oito respostas. Licenciaturas na área de Ciências da Natureza foram citadas por sete pessoas. O *Campus* Cabo Frio possui estrutura para construir um curso superior voltado para a área de Gestão Ambiental, pois já oferta licenciaturas e pós-graduação *lato sensu* na área de Ciências da Natureza. Em seu planejamento, o *Campus* pretende ofertar licenciatura em Ciências Biológicas, além de Mestrado em Meio Ambiente (IFF, 2023). Também, citou-se o interesse nas áreas de Engenharia e Tecnólogos em Hospitalidade e Lazer. Destaca-se que o *Campus* oferta cursos de bacharelado em Engenharia Mecânica, Tecnólogo em Gastronomia e Tecnólogo em Hotelaria. Desse modo, o *Campus* possui grande capacidade de atender os estudantes quilombolas para sua formação de nível superior.

Em relação aos cursos de licenciatura, possuem relevante potencial para construir aprendizagens para os estudantes enquanto futuros docentes. No caso, o *Campus* oferta licenciaturas em Biologia, Física e Química. Nesse sentido, a estruturação de um currículo voltado para as relações étnico-raciais propõe outros desdobramentos positivos, como destacado por Nazário (2020, p. 100):

[...] Foi na disciplina Relações Étnico-Raciais na Escola, recém-introduzida na grade curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense (UFF), no ano de 2010, que refleti pela primeira vez sobre o racismo estrutural em nossa sociedade. Refletir sobre essas histórias e resgatar a memória da família me levaram à autorreflexão, o que, por sua vez, deu início à desconstrução do racismo que habitava em mim e ao processo da minha autoidentificação como quilombola (Nazário, 2020, p. 100).

Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio

Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

Dos cursos de Pós-Graduação, houve interesse nas seguintes áreas de conhecimento: Informática, Meio Ambiente, Educação, Saúde, Engenharia, Gastronomia, Turismo, Serviço Social, Administração e Música.

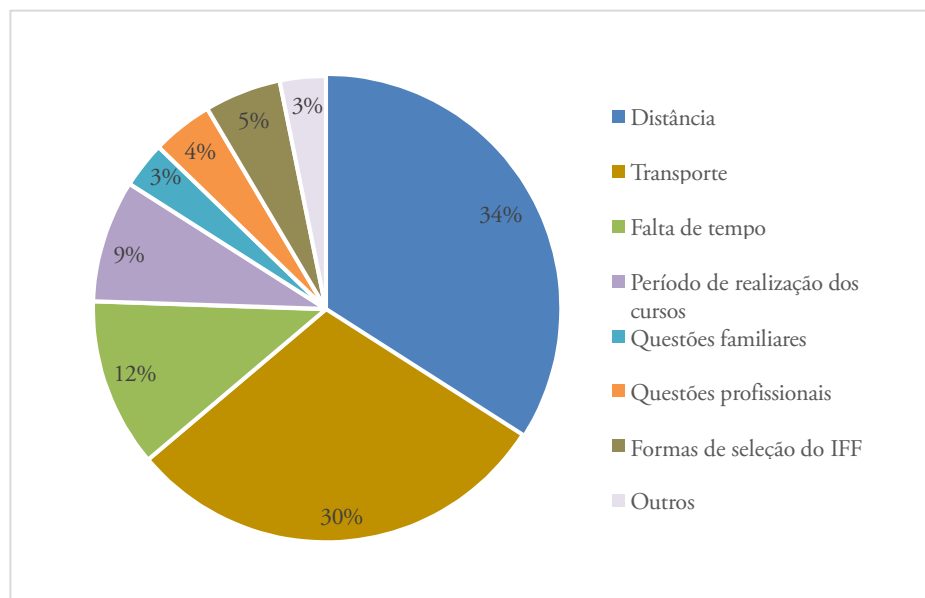
O ingresso aos cursos do IFF acontece, quase integralmente, por meio de processo seletivo, vestibular ou SisU, consoante a legislação vigente. Quanto ao ingresso no Instituto,

na perspectiva da inclusão e em atendimento à Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 [...], o IFFluminense reservará, do total das vagas ofertadas para ingresso em seus cursos, por curso e turno, a cota mínima de 50% (cinquenta por cento) das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental (ingressos em cursos técnicos de nível médio) ou o Ensino Médio (ingressos em cursos de graduação) em escolas públicas da rede nacional de ensino (Instituto Federal Fluminense, 2018, p. 67).

As comunidades quilombolas se destacam como pilares de luta e resistência contra o racismo institucional. No entanto, apresentam situações de vulnerabilidade socioeconômica e dificuldades para o ingresso e o acesso às instituições federais de educação. Nesse sentido, as cotas se mostram como medidas fundamentais para garantir aos quilombolas uma educação pública de qualidade, de nível técnico ou superior. É imprescindível que esses alunos façam parte de todas as instituições de ensino, não só como forma de ampliar suas oportunidades, mas para que toda a comunidade acadêmica aprenda com esses educandos que trazem consigo o cerne da cultura do nosso país.

Recentemente, no dia 13 de novembro de 2023, foi publicada a Lei 14.723/23, que amplia a *Lei de cotas*, regulamentando a reserva de vagas para os quilombolas, e prevê a permanência da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (*Lei de Cotas*), para a inclusão dos quilombolas de forma específica em reserva de vagas, a redução da renda familiar *per capita* do candidato, a inclusão de reserva de vagas nos programas de pós-graduação, e a avaliação a cada dez anos (Brasil, 2012). Vale destacar que o Instituto Federal Fluminense passou a adotar o novo sistema de cotas, incluindo a reserva de vagas para quilombolas, a partir da promulgação da nova lei.

Figura 10. Quais questões dificultam seu acesso aos cursos do IFF?



Fonte: Os autores (2023)

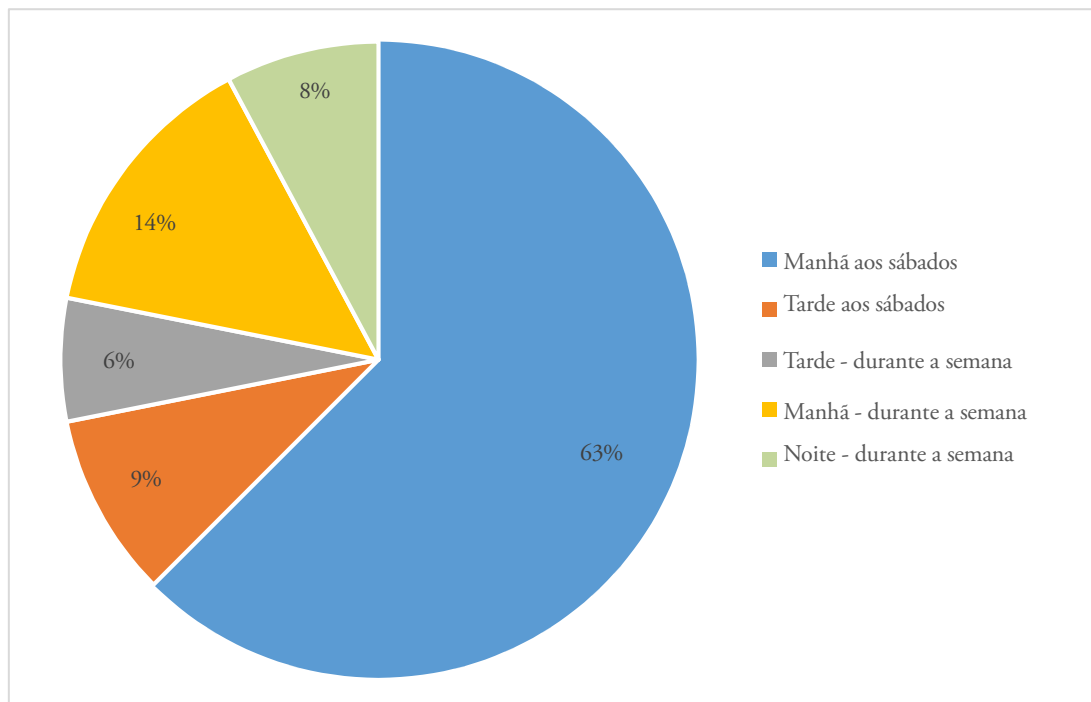
Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

Cabe ressaltar que a distância é o aspecto de maior dificuldade para o acesso dos quilombolas aos cursos do IFF (Figura 10), com 34% das respostas; seguido pelo transporte, com 30%. Também 12% dos respondentes apontaram a falta de tempo; período de realização dos cursos, por 9%; formas de seleção do IFF, por 5%; além de questões profissionais, com 4%; e familiares, com 3% das respostas. Vale destacar que, para viabilizar os cursos no programa de extensão, o IFF ofertou, dentro do possível, transporte que não estava no planejamento inicial, mas primordial para os bons resultados dos cursos.

Conforme apontado em publicação do CONAQ, pelas jovens quilombolas, algumas das principais dificuldades enfrentadas para terem uma educação de qualidade são: precariedade de transporte e merenda escolar; má conservação das vias de acesso às escolas; carência de infraestrutura adequada; e falta de acesso à internet. Outros pontos apareceram, como deficiências no currículo e formação docente inadequada. Em sua carta, elas destacam: “Nós, meninas quilombolas, queremos [...] transporte escolar para chegarmos à escola com dignidade e segurança, [...] manutenção frequente nas estradas que utilizamos para chegar às escolas [...]” (CONAQ, 2023, p. 1).

Em relação ao problema de transporte, Silva *et al.* (2021, p. 75) alertam que: “[...] põem os nossos alunos e alunas em cima de caminhões para passar até quatro horas no caminho da escola. Não estão nem na escola, nem com suas famílias”. Nesse sentido, os planejamentos para realizar ações para essas coletividades necessitam considerar fortemente da viabilização de transporte digno para levar os educandos dessas comunidades à instituição, e/ou ofertar cursos ou disciplinas nas próprias comunidades.

Figura 11. Qual é a preferência de dias e turnos para realização de algum curso do IFF?



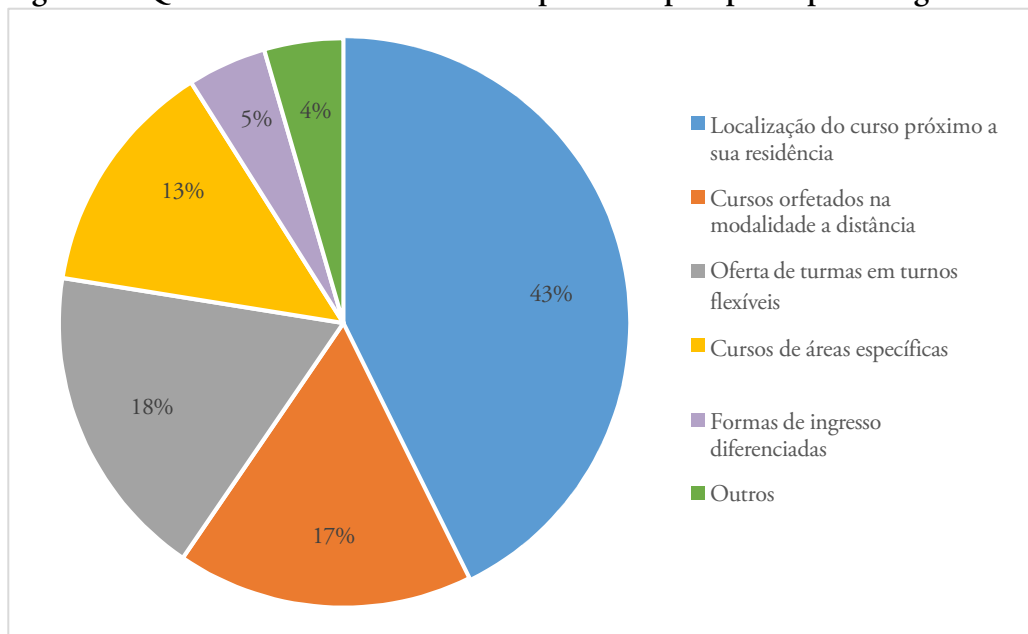
Fonte: Os autores (2023)

Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio
 Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

A maioria dos quilombolas (63%) considera o sábado de manhã como dia/turno de preferência para realizar os cursos do IFF. Em segundo lugar, as manhãs durante a semana, com 14%; seguidas das tardes dos sábados, com 9%; as noites durante a semana, com 8%; e as tardes durante a semana, com 6% das respostas (Figura 11). Nesse caso, importa pontuar que os cursos do programa de extensão, em sua oferta de FICs, para as comunidades quilombolas, no ano de 2022, atingiram, maioritariamente alunos trabalhadores. Por isso, é relevante refletir sobre esse resultado para o planejamento de novos cursos nessa modalidade.

Quanto aos fatores com que quilombolas se importam para poderem participar de algum curso de IFF (Figura 12), predominantemente ponderaram sobre a localização próxima à residência, com 43% das respostas. A oferta de turmas em turnos flexíveis foi considerada por 18% de quilombolas, seguida de cursos ofertados na modalidade a distância, por 17%. Também avaliaram a importância da oferta de cursos de áreas específicas, com 13% das respostas, e formas de ingresso diferenciadas, com 5% dos quilombolas.

Figura 12. Quais fatores você considera importantes para participar de algum curso do IFF?



Fonte: Os autores (2023)

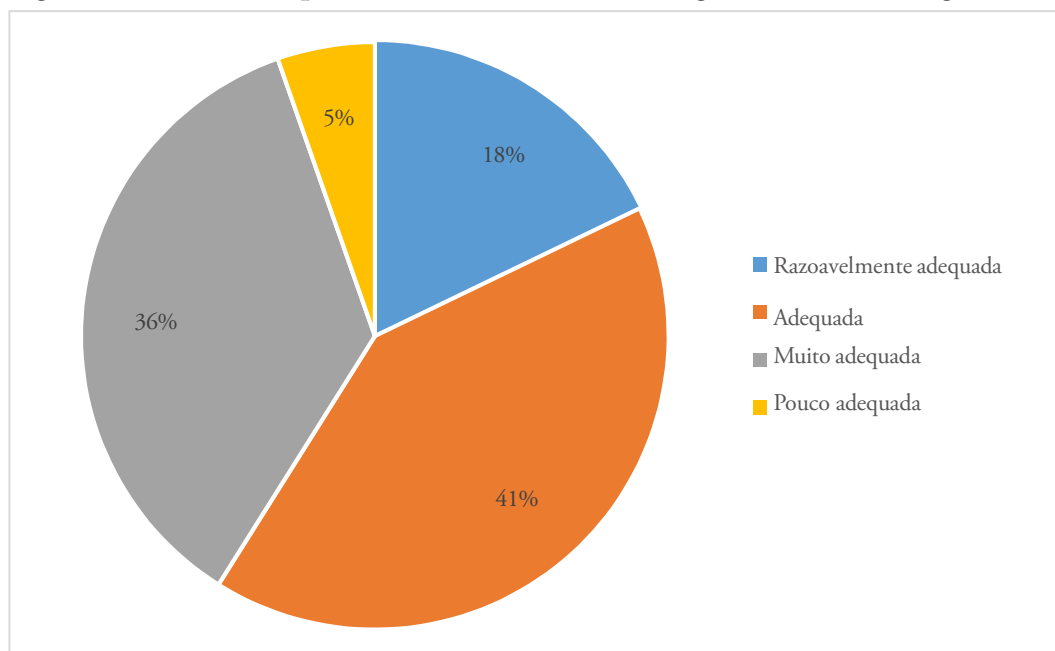
Esses resultados demonstram a grande relevância da oferta de cursos próximos, ou nas próprias comunidades, para quilombolas poderem participar de forma efetiva, conforme apontado por 43% de respondentes. As questões sobre a oferta de turmas em turnos flexíveis obtiveram 18% das respostas, seguidas da oferta de cursos na modalidade a distância, com 17%. Nesse sentido, cabe destacar a possibilidade de ofertar cursos em formato semipresencial, além da importância de realizar parcerias para equipar as sedes das associações das comunidades quilombolas com aparelhos multimídia, e acesso à internet adequados às possibilidades da educação a distância.

Apesar de apenas 5% de respondentes terem pontuado formas diferenciadas de ingresso, é relevante o debate acerca da importância da *Lei de Cotas* no acesso de alunos negros em instituições públicas, assim como da criação de formas de seleção diferenciadas para as pessoas quilombolas nessas instituições.

Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

Contudo, destacamos as mudanças no campo educacional, sobretudo no Ensino Superior, com a implementação das cotas raciais para a população negra, indígenas e pessoas com deficiência, que mudaram a estética das universidades, principalmente das universidades públicas. Mas é igualmente inegável que mudanças mais profundas são necessárias nos currículos educacionais, nos vários níveis, de forma a provocar uma ruptura mais consistente no campo epistemológico. Se por um lado, a política de cotas como estratégia de inclusão social vem tornando a universidade mais plural, por outro exige que essa inclusão seja acompanhada de movimentos e mudanças no interior e nas estruturas das universidades para que garantam e respeitem algumas características próprias de grupos marcados pelo seu pertencimento étnico-racial (Silva *et al.*, 2021, p. 46).

Figura 13. Qual é sua opinião em relação à forma de ingresso nos cursos regulares do IFF?



Fonte: Os autores (2023)

Quanto à forma de ingresso aos cursos regulares do IFF, 41% dos respondentes disseram ser muito adequada, 36% adequada, 18% razoavelmente adequada, e 5% pouco adequada (Figura 13). Nesse sentido, a maioria dos quilombolas que responderam ao questionário (77%) entendem como satisfatória a forma de ingresso aos cursos regulares do IFF. Essa constatação pode ter sido influenciada pela adoção da *Lei de Cotas* no âmbito do Instituto, desde 2012. No entanto, consideramos o que aponta Gomes (2017, p. 114), ao ressaltar que

as instituições públicas de Ensino Superior, após a implementação das ações afirmativas mediante a Lei 12.711/12, têm que lidar com a chegada de sujeitos sociais concretos, com outros saberes, outra forma de construir o conhecimento acadêmico e com outra trajetória de vida, bem diferentes do tipo ideal de estudante universitário hegemônico e idealizado em nosso país. Temas como diversidade, desigualdade racial e vivências da juventude negra, entre outros, passam a figurar no contexto acadêmico, mas sempre com grande dificuldade de serem considerados ‘legítimos’.

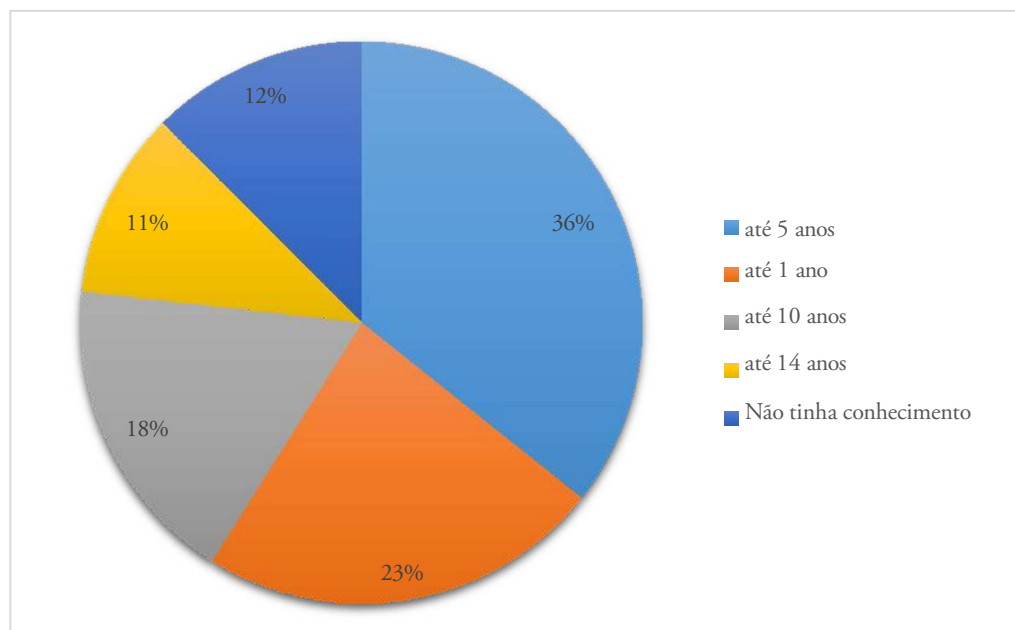
Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

Assim, as instituições de ensino devem estar atentas às especificidades deste público, propondo ações para a inclusão efetiva dos quilombolas na comunidade escolar. Portanto, destaca-se a urgência em se instituírem cotas específicas para os quilombolas, além de outras formas de possibilitar formas dignas de permanência e êxito nas instituições. Cabe ressaltar, de acordo com Sousa, Lima e Sousa (2020, p. 93), que

[...] algumas universidades apresentam políticas públicas para apoiar os estudantes quilombolas, como a cota quilombola e a bolsa permanência. [...] A cota quilombola possibilita que muitos jovens da comunidade hoje possam ter acesso à universidade, e a bolsa permanência garante auxílio financeiro para que eles se mantenham lá.

Desse modo, o IFF precisa buscar cada vez mais formas de incluir e mostrar que também é espaço de pertencimento para essas coletividades, com base nos pilares da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Figura 14. Há quanto tempo você conhece o IFF *Campus* Cabo Frio?

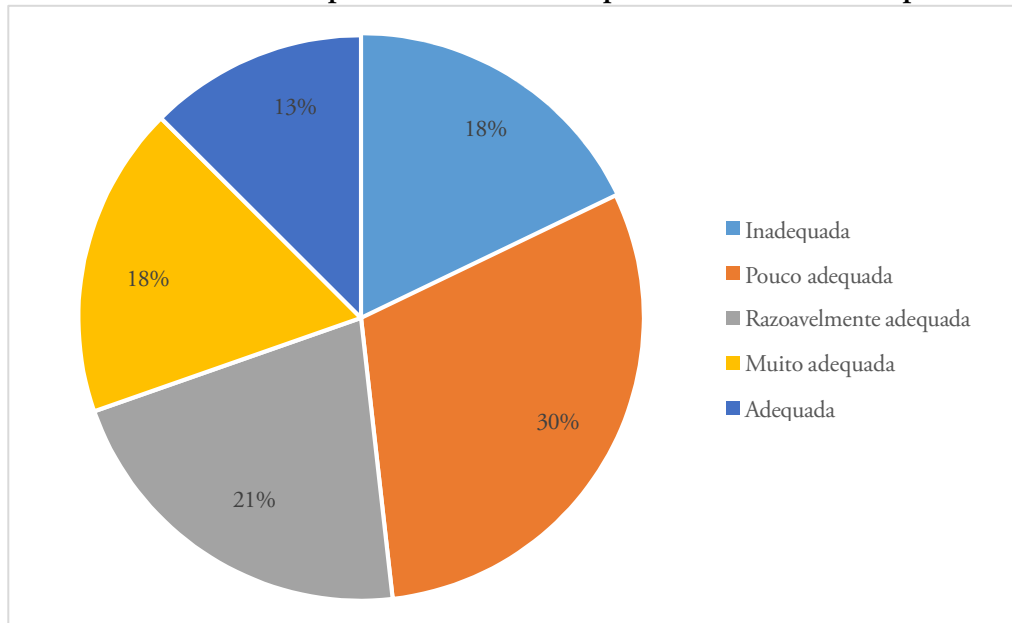


Fonte: Os autores (2023)

Em relação ao conhecimento dos quilombolas sobre o tempo de existência do IFF *Campus* Cabo Frio (Figura 14), a maioria dos respondentes (36%) informou que conhece o *Campus* há até cinco anos; seguidos de 23% que afirmaram conhecer há até um ano. Dezoito por cento disseram conhecer há até dez anos, enquanto 12% informaram não ter conhecimento anterior, e 11%, há até 14 anos. Esses dados demonstram que a maioria dos respondentes possuem conhecimento anterior sobre o *Campus* Cabo Frio. Isso demonstra a necessidade de o *Campus* realizar cada vez mais ações para se aproximar dessas coletividades e incluí-las em sua comunidade escolar.

Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

Figura 15. Você considera que a história e a cultura quilombola estão inseridos no currículo escolar dos estudantes do ensino público de forma adequada, de acordo com o previsto na Lei nº 10.639/03?



Fonte: Os autores (2023)

Em relação à inserção da história e cultura quilombola no currículo escolar nas escolas públicas, de acordo com o previsto na Lei nº 10.639/03, 30% dos respondentes consideram pouco adequada; 21% razoavelmente adequada, 18% inadequada, 18% muito adequada, e 13% adequada (Figura 15). Essas respostas demonstram que a maioria dos quilombolas (69%) não considera satisfatória a forma como sua história e sua cultura se inserem no currículo escolar da rede pública de ensino. Nesse sentido, Nazário (2020, p. 103) ressalta que, a partir de suas experiências na Universidade que resultaram no seu processo de valorização enquanto mulher quilombola, passou a entender a relevância da educação quilombola.

Compreendi assim a importância de, desde o Ensino Básico, possibilitar oportunidades para que os indivíduos aprendam quem são, tomem consciência de sua condição de sujeitos históricos, produtores de cultura que agem e interagem no mundo a partir de seu lugar social. E para a compreensão desse lugar social é necessário que o indivíduo entenda que sua biografia tem uma dimensão histórica complexa na qual sua condição presente e a subjetividade se constituem. A compreensão da vida social só pode acontecer sob uma abordagem processual que não se limite a contextos temporalmente curtos ou restritos ao presente e à consciência dos sujeitos, inserindo-os em cadeias causais e de significado, ou em desenvolvimento, de longa duração.

A autora pontua que, a partir dessa autovalorização e seu envolvimento com o movimento quilombola, passou a compreender o papel da escola como “espaço de fortalecimento (ou de negação) da história e da memória das famílias negras e quilombolas. Essa é uma das razões que motiva a luta do movimento quilombola por uma educação diferenciada [...]” (Nazário, 2020, p. 102).

Ao se referir à questão da educação para a decolonialidade, Silva *et al.* (2021, p. 73) ressaltam que “[...] entendemos que seja sair do lugar de objeto e ocupar o lugar de sujeito de nossa história. Deixar de só escutar os outros para levar e fazer com que as pessoas nos escutem”. Dessa maneira, cabe destacar o que diz Nunes (2021, p. 90):

*Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio*
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

A insistência em um pensar e agir coletivo, de uma práxis que refunde um sentido de educação, um sentido de humanidade, que abarque diferentes e diferenças, leva a ressaltar que o diálogo acerca da Educação Escolar em quilombos deve abraçar a educação em todo o sistema educacional brasileiro e em todas as formas de sua produção, na multiplicidade de espaços, em uma permanente relação de corresponsabilidade e interdependência.

Assim, é imprescindível a luta coletiva para efetivar uma educação decolonial e antirracista, como forma de construir uma sociedade mais justa e digna para todos.

4 Considerações finais

O presente trabalho foi desenvolvido com o intuito de investigar as possibilidades de formação educacional ofertadas pelo IFF *Campus* Cabo Frio para as comunidades quilombolas da Região dos Lagos. Além disso, almejou analisar quais condições de formação essas comunidades acreditam que podem ser oferecidas pela instituição. Assim, buscou-se pesquisar sobre a Educação Quilombola na percepção dos quilombolas, e dentro do IFF, pois essa educação desempenha um papel fundamental na transformação do pensamento colonialista e na consolidação de um diálogo verdadeiramente multicultural.

Nesse sentido, ressalta-se a luta pela garantia dos direitos quilombolas fundamentais, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento e à demarcação de seus territórios, e à promoção de uma educação que valorize e respeite verdadeiramente sua cultura. Além disso, há a necessidade de promover ações afirmativas com papel voltadas para essas coletividades, contando com sua experiência e seu conhecimento ancestral.

De forma conjunta, os achados apontam para as questões de distância e dificuldades de transporte, como grandes desafios para o acesso dos quilombolas ao IFF *Campus* Cabo Frio. Esse fato implica de forma significativa no acesso dessas pessoas à comunidade acadêmica do Instituto. No entanto, há formas de mitigar essas questões, como a oferta de cursos nas próprias comunidades ou de forma semipresencial, além de estabelecimento de parcerias para fornecer formas alternativas de transporte a esses educandos, e parcerias que fomentem o fornecimento de internet eficiente para as comunidades quilombolas.

Mesmo com os bons resultados do programa de extensão em desenvolvimento, é imprescindível que o IFF Cabo Frio, e o IFF em sua completude, busquem constantemente aprimorar suas estratégias e ampliar suas ações. Somente assim, será possível proporcionar um atendimento efetivo, promovendo o desenvolvimento e a inclusão social dos quilombolas em sua comunidade acadêmica. Também, é relevante ressaltar que, nas respostas ao questionário, quilombolas indicaram os cursos de seus interesses em várias modalidades de ensino, possibilitando material para o planejamento de novos cursos e formas de oferta que atendam, de fato, a essas coletividades.

Enquanto possibilidade para o fortalecimento e a ampliação do atendimento do IFF aos quilombolas, destaca-se a importância da participação de estudantes, notadamente das licenciaturas, na realização do programa de extensão e outras ações. Destaca-se ainda o protagonismo das mulheres quilombolas na busca pela concretização dos direitos quilombolas. O diálogo constante com as lideranças quilombolas, em sua maioria mulheres, consolidou-se como fio condutor para a construção do referido programa e deve ser mantido em todas as demais ações voltadas para essas pessoas.

Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

Outra questão relevante é que, embora, fortuitamente, o ano de 2023 tenha trazido iniciativas governamentais importantes em relação aos quilombolas, como o *Aquilomba Brasil*, a divulgação do Censo quilombola e a ampliação da *Lei de Cotas*, ainda há muito a construir para efetivar os direitos dessas coletividades.

Enquanto proposta para estudos futuros, destaca-se a relevância de realizar momentos de escuta ativa com membros das comunidades quilombolas para identificar seus anseios e pensar formas de atendê-los no âmbito educacional.

Ressalta-se, ainda, as inúmeras possibilidades dos IFs de Educação, Ciência e Tecnologia para intervir no seu entorno, com base nos pilares da EPT, para empoderar as coletividades locais. Por meio da educação para a cidadania construída nos Institutos e da interlocução dos quilombolas na comunidade acadêmica, há diversas possibilidades para desenvolver sujeitos críticos e emancipados.

Referências

ALMEIDA, A. W. B.; PEREIRA, D. D. B. As populações remanescentes de quilombo: direitos do passado ou garantia para o futuro? *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS MINORIAS E O DIREITO*, 1., Brasília, DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: CJF, 2003. p. 228-249. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs/artigos/docs_artigos/as-populacoes-resmanescentes-de-quilombos-direitos-do-passado-ou-garantia-para-o-futuro. Acesso em: 7 mar. 2023.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Saraiva, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 7 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 7 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Alera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 7 mar. 2023.

Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 7 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.723/2023, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF: Gabinete Presidência, 2023. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14723&ano=2023&ato=06bITW650MZpWTc42>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 17 mar. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 mar. 2025.

CANDAU, V. M. (org.). **Diferenças Culturais e Educação: construindo caminhos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

CARRIL, L. F. B. Os desafios da Educação Quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, p. 539-564, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017226927>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/L9vwwCcgBY6sF4KwMpdYcfK/?lang=pt>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CHIMAMANDA Adichie: o perigo de uma única história. [S. l.: s. n.], 2009. 1 vídeo (19min 16s). Publicado pelo canal TED. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>. Acesso em: 7 mar. 2023.

Clavatta, M. Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; Clavatta, M.; Ramos, M. (org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.

CONAQ. COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. **Carta das meninas quilombolas pelo direito à Educação**. Brasília, DF, 21 maio 2023.

Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

FELDMANN, M. G.; LIBÓRIO, A. R. S. C. Educação e formação na pandemia no contexto da desigualdade: a invisibilidade de estudantes quilombolas. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 40, p. 143-158, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5062>. Acesso em: 11 jul. 2023.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: Quilombolas: Primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/07/Quilombolas-Primeiros-Resultados-IBGE-27jul2023.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2023.

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Territórios quilombolas**. Rio de Janeiro: ITERJ, 14 dez. 2020. Disponível em: https://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/quilombolas. Acesso em: 3 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018–2022**. Campos dos Goytacazes: MEC, 2018. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/o-iffuminense/desenvolvimento-institucional/arquivos/pdi-2018-2022-com-resolucao-menor.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2023–2028**. Campos dos Goytacazes: MEC, 2023. Disponível em: <https://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2023/resolucao-74>. Acesso em: 1 jul. 2023.

MANZO, A. J. **Manual para la preparación de monografías: una guía para presentar informes y tesis**. Buenos Aires: Humanitas, 1971.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NAZÁRIO, G. Trajetória acadêmica, raça e identidade quilombola: um breve relato biográfico. *In*: DEALDINA, S. S. (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Jandaíra, 2020. p. 97-107.

NUNES, G. H. L. Aquilombamento escolar, práticas revisitadas e possibilidades insurgentes: pedagogias e cirandas *In*: SILVA, G. M.; SILVA, R. A. A.; DEALDINA, S. S.; ROCHA, V. G. (ed.). **Educação Quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 84-92.

Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense Campus Cabo Frio
Maíra Freitas Cardoso, Severino Joaquim Correa Neto

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2023.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, G. M.; SILVA, R. A. A.; DEALDINA, S. S.; ROCHA, V. G. (ed.). **Educação Quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

SOUSA, A. C.; LIMA, D. G.; SOUSA, M. A. R. Da comunidade à universidade: trajetórias de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins. *In*: DEALDINA, S. S. (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Jandaíra, 2020. p. 87-96.

SOUZA, D.; BITTENCOURT, G.; GIFFONI, J.; ANDRADE, K. **Direitos quilombolas**. Teresina: Defensoria Pública do Piauí, 2021. Disponível em: <https://www.defensoria.pi.def.br/wp-content/uploads/2021/03/Direitos-Quilombolas-2.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

TRUJILLO-FERRARI, A. **Metodologia da Ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus, minha família e meus ancestrais, e meus amigos por todo o apoio e incentivo recebidos. Agradeço muito ao Prof. D.r Severino Joaquim Correa Netto, por me acolher como orientanda, guiando meus passos, com muita sabedoria, encorajamento e profissionalismo. Muita gratidão ao IFFluminense, primordial para minha formação enquanto cidadã crítica e como profissional.

COMO CITAR (ABNT): CARDOSO, M. F.; CORREA NETO, S. J. Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense *Campus* Cabo Frio. *Vértices (Campos dos Goitacazes)*, v. 26, n. 3, e26321861, 2024. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v26n32024.21861>. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/21861>.

COMO CITAR (APA): Cardoso, M. F. & Correa Neto, S. J. (2024). Educação Quilombola: um olhar sobre possibilidades e desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense *Campus* Cabo Frio. *Vértices (Campos dos Goitacazes)*, 26(3), e26321861. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v26n32024.21861>.